



Câmara Municipal de Nova Friburgo - RJ - Nova Friburgo - RJ
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

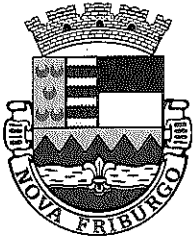


000063

COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 02021/01/27000063

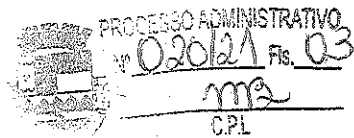
Número / Ano	000063/2021
Data / Horário	27/01/2021 - 13:41:16
Assunto	Solicitação de prestação de serviços de administração, gerenciamento e intermediação do abastecimento da frota de veículos da Câmara Municipal.
Interessado	Secretaria Geral
Natureza	Administrativo
Tipo Documento	REQUISIÇÃO DE COMPRAS OU CONTRATAÇÕES
Número Páginas	1
Emitido por	aliny

PROCESSO ADMINISTRATIVO
02021 FLS. 02
ma
CPL



Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro



À COMISSÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

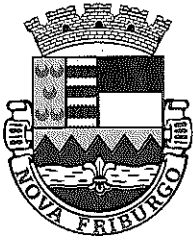
Solicito a abertura de procedimento licitatório visando à contratação de serviço de administração, gerenciamento e intermediação do abastecimento da frota de veículos da Câmara Municipal de Nova Friburgo por cartão magnético, em rede de postos credenciados, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência anexa.

A presente licitação tem como objetivo fornecer à Câmara Municipal de Nova Friburgo um instrumento que possibilite o maior controle e qualidade na gestão dos seus gastos com combustível, condição primordial à racionalização dos gastos da Administração Pública, pautados nos princípios da economicidade e da eficiência.

Nova Friburgo, 27 de janeiro de 2021.


JAMES DE BARROS

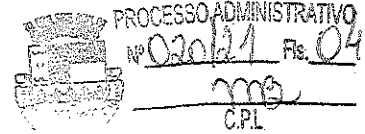
SECRETÁRIO GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO



Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro

TERMO DE REFERÊNCIA



1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviço de administração, gerenciamento e intermediação do abastecimento da frota de veículos da Câmara Municipal de Nova Friburgo por cartão magnético, em rede de postos credenciados, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

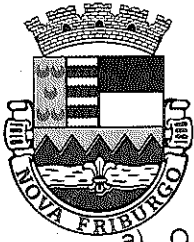
2.2 A presente licitação tem como objetivo fornecer à Câmara Municipal de Nova Friburgo um instrumento que possibilite o maior controle e qualidade na gestão dos seus gastos com combustível. Considerando que o combustível representa uma das principais despesas da estrutura administrativa do Poder Legislativo Friburguense, a implementação de um sistema de gestão de abastecimento em tempo real é condição primordial à racionalização dos gastos com essa rubrica, seja pelo incremento na qualidade do dispêndio, bem como pela obtenção de informações e relatórios gerenciais precisos e fidedignos que possibilitem a tomada de decisões em tempo hábil. O modelo de contratação projetado para a presente licitação, qual seja, prestação de serviço de sistema de gestão de abastecimento de combustível de unidades consumidoras, considerou as peculiaridades que envolvem as operações de abastecimento da frota oficial, no âmbito do território do Município de Nova Friburgo. As flutuações dos valores dos combustíveis, praticados pelos estabelecimentos comerciais que transacionam esses materiais dificultam a adoção do modelo de contratação ancorado no menor valor do material, fornecido por uma única pessoa jurídica, haja vista que o valor do combustível é regulado pelas leis de livre comércio. Adiciona-se, ainda, que a escolha do presente modelo de negócio resulta no maior e melhor controle, por parte das áreas técnicas da Câmara Municipal, que podem monitorar e supervisionar, em tempo real, as formas, os locais e o quantitativo do dispêndio, proporcionando aos gestores resultados gerenciais e econômicos positivos. A racionalização dos gastos da Administração Pública com combustível, pautados nos princípios da economicidade e da eficiência, além de gerar economia no dispêndio com esse item, ao reduzir os gastos excessivos, coíbe as possíveis inadequações no abastecimento através de uma série de ferramentas e travas de segurança. Em função do exposto, a seleção do licitante condicionar-se-á à disponibilização por esse de um sistema de gerenciamento para o controle, em tempo real, das transações de abastecimento das unidades consumidoras, cujos parâmetros mínimos de segurança estão detalhados neste Termo.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O objeto da contratação enquadra-se na definição de serviço comum, de acordo com o art. 1º, parágrafo único da Lei 10.520/2002.

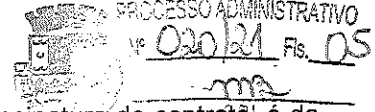
4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:



Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro



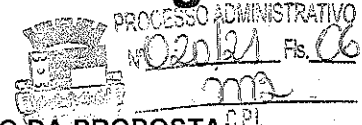
- a) O prazo para início do fornecimento do combustível, a partir da assinatura do contrato, é de até 10 (dez) dias úteis. Dentro deste prazo, a contratada deverá entregar os **14 (quatorze) cartões magnéticos, sendo 13 (treze) para os veículos pertencentes ao patrimônio da Câmara Municipal e 01 (um) cartão reserva**, e a lista dos postos credenciados no Setor de Protocolo da Câmara Municipal, na Rua Farinha Filho, 50 – Centro – Nova Friburgo – RJ, no horário das 12:30h às 17h.
- b) A contratada deverá indicar pelo menos um posto que esteja num raio de até 10km (dez quilômetros) de distância da sede do Legislativo Friburguense.
- c) Dentro deste mesmo prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, a contratada deverá indicar um preposto responsável por toda a administração do contrato por seu lado é a Câmara Municipal designará, através de Portaria, o gestor e o fiscal do mesmo.
- d) Cada cartão deverá conter a identificação da Contratante, pela impressão da expressão “Câmara Municipal de Nova Friburgo-RJ”, com número de identificação da placa do veículo. Junto com cada cartão, a contratante deverá entregar a senha de utilização do mesmo, bem como as instruções de sua utilização.
- e) A Contratada deverá entregar também um cartão-reserva, a ser utilizado temporariamente no caso de extravio, quebra ou roubo, enquanto não chega o cartão substituto.
- f) A Contratada deverá creditar o valor solicitado em cada cartão no 1º (primeiro) dia útil de cada mês, com exceção do primeiro mês do contrato, no qual isso será feito até o décimo dia útil após a assinatura do contrato.
- g) O valor creditado não é cumulativo, ou seja, o que porventura não for utilizado no mês anterior, não poderá ser transferido para o mês seguinte.
- h) O gestor do contrato poderá enviar solicitação de alteração do valor a ser creditado em determinado cartão com até 48h (quarenta e oito horas) de antecedência.
- i) O crédito em Reais, para cada cartão, respeitará os limites definidos pelo gestor do contrato de acordo com a **cota mensal em litros**, e considerará o valor estimado para o litro do combustível, estabelecido neste Termo de Referência.
- j) O gestor do contrato poderá solicitar suplementação do limite de crédito de determinado cartão, que a Contratada terá até 24h (vinte e quatro horas) para efetuar.
- k) A Contratada deverá providenciar o imediato cancelamento dos cartões magnéticos em hipótese de extravio, quebra ou roubo, tão logo haja o recebimento de comunicação para tal fim.
- l) Os cartões magnéticos extraviados, quebrados e/ou roubados, bem como os que apresentem defeitos que impeçam a sua utilização, deverão ser substituídos, no máximo, em 05 (cinco) dias após a solicitação efetuada pelo gestor do contrato, acompanhado de nova senha, devendo o crédito porventura existente ser feito em cartão-reserva.
- m) Todas as transações efetuadas por meio dos cartões deverão ser disponibilizadas eletronicamente, em tempo real, em sistema informatizado com acesso controlado mediante senha e com a atribuição de níveis de acesso por usuário, para que o gestor e o fiscal do contrato possam utilizá-lo com segurança.
- n) A Contratada deverá apresentar, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Nova Friburgo¹, todos os documentos exigidos neste Termo de Referência, nos prazos determinados, sempre encaminhando para o Gestor do Contrato.

¹ O Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Nova Friburgo funciona de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 12:30h às 17h, no Térreo da Rua Farinha Filho, 50 – Centro – Nova Friburgo – RJ. Os documentos devem ser direcionados ao Gestor do Contrato, assim designado através de Portaria, pelo Presidente da Câmara.



Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro



INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA.

5.1 A demanda do órgão gerenciador e dos participantes tem como base as seguintes características:

5.1.1 Valor estimado da gasolina em janeiro de 2021: R\$ R\$ 4,98 (quatro reais, noventa e oito). O valor do combustível foi calculado com base no preço médio obtido no levantamento de preços realizado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) para gasolina comum calculada a média do Estado do Rio de Janeiro no período de 10/01/2021 a 16/01/2021.

5.1.2 Estimativa de consumo mensal, em litros: 2.000 litros, totalizando 24.000 litros em 12 meses;

5.1.3 Estimativa de gasto mensal de combustível em reais: R\$ 9.960,00 (nove mil, novecentos e sessenta reais).

5.2 Os valores acima foram calculados a partir do histórico de consumo dos últimos quatro anos.

5.3 Número de cartões a fornecer: 14 (quatorze).

5.4 Independentemente do valor creditado em cada cartão, a Contratante pagará somente a gasolina que foi efetivamente consumida, a cada mês.

6 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1 Os serviços serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

6.1.1 Valores de combustíveis creditados;

6.1.2 Prazo de creditamento de combustíveis;

6.1.3 Disponibilidade e funcionamento do sistema / cartões magnéticos no momento de sua utilização;

6.1.4 Prazo de entrega das notas fiscais e dos documentos que as acompanham;

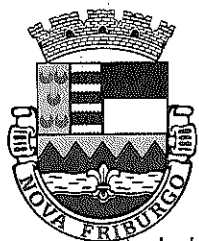
6.1.5 Distância dos postos credenciados à sede da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 A Contratada não poderá transferir à terceiro a prestação do serviço, por qualquer forma, parcial ou integralmente, nem subcontratar a prestação a que está obrigada;

8 MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- a) O Presidente designará, através de portaria, imediatamente após a homologação da licitação, o gestor e o fiscal do contrato;
- b) A Contratada designará, por escrito, ao assinar o contrato, o seu preposto junto à Contratante;
- c) Toda comunicação referente ao contrato será feita entre o Preposto da Contratada e o Gestor ou o Fiscal do Contrato, preferencialmente através de mensagens de e-mail;
- d) O critério de medição para fins de pagamento mensal será o consumo do combustível do mês, acrescido da taxa de administração aplicada ao valor consumido;



Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 020/21 Fls. 07
ma
CPI

- e) Independentemente do valor creditado pela Contratada em cada cartão, a Contratante pagará somente pelo valor correspondente ao consumo do mês em referência, acrescido da taxa de administração correspondente;
- f) O Gestor do Contrato deverá acompanhar semanalmente o valor médio, em reais, do litro da gasolina, praticado pelos postos credenciados. O Gestor deverá comunicar à autoridade superior caso haja necessidade de modificar o valor do contrato, em decorrência de aumento ou diminuição excessivo no preço médio da gasolina;
- g) O Gestor do Contrato deverá controlar, diariamente, em uma planilha, para cada veículo:
 - i) O motorista responsável (nome completo, matrícula, setor de trabalho, número do celular);
 - ii) O dia e o horário em que pegou e devolveu a chave do veículo;
 - iii) A quilometragem do veículo no momento em que o motorista pegou a chave e a quilometragem no momento da devolução.
- h) O Gestor do Contrato deverá controlar, em uma planilha, para cada cartão:
 - i) O nome completo, cargo/função, setor de trabalho da pessoa que está de posse do cartão;
 - ii) Dia e hora em que pegou e devolveu o cartão.
- i) O Gestor do Contrato, em seu documento de atesto da nota fiscal de cada mês, deverá informar:
 - i) O consumo de cada cartão, em litros e em reais, no mês;
 - ii) A planilha de controle por veículo, do mês;
 - iii) A planilha de controle por cartão, do mês;
 - iv) Relatório contendo os abastecimentos realizados em cada cartão, com os nomes dos postos conveniados, durante o mês (em formato digital, enviado por e-mail para o Setor de Liquidação);
 - v) Se o consumo em litros e em reais está dentro do valor estimado para o mês;
 - vi) Se houve alguma ocorrência que tenha gerado sanção, e nesse caso, se gerou multa, o valor da multa (após tramitação final do processo administrativo correspondente, com aprovação da autoridade superior, garantido o direito de defesa da Contratada).
- j) **O Sistema Informatizado da Contratada** deverá fornecer, no mínimo, os seguintes relatórios:
 - i) **Cada abastecimento** realizado com cada cartão, imediatamente após sua realização, contendo: dados do posto (nome, CNPJ, endereço); dados do veículo (placa, quilometragem); CPF do motorista; Valor (em Reais) do litro da gasolina no momento do abastecimento.
 - ii) **Relatório mensal** contendo o consumo em litros e em reais, realizado em cada cartão.
- k) A Contratada deverá entregar as Certidões de Quitação com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal, junto ao Relatório Mensal à Contratada até o 2º (segundo) dia útil do mês seguinte ao da execução do serviço. O Relatório será analisado pelo Gestor do Contrato em até 3 (três) dias úteis.
- l) A Contratada somente deverá emitir a Nota Fiscal após o aceite formal do Gestor do Contrato. Caso este aceite não ocorra em até 3 (três) dias úteis após a entrega do Relatório Mensal, considerar-se-á o aceite formalizado e a Contratada deverá emitir a Nota Fiscal.
- m) A Contratada fará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal.

9 MATERIAIS E TREINAMENTO A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, e treinamentos nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1 Quatorze cartões magnéticos ou com "chip", personalizados com o brasão do Município, com os dizeres "Câmara Municipal de Nova Friburgo" e com numeração identificação da placa do veículo;



Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro

- 9.1.2 Um cartão reserva, para ser utilizado, se necessário, no caso de extravio, roubo ou defeito do cartão personalizado;
- 9.1.3 A senha de utilização de cada cartão;
- 9.1.4 O endereço de internet do sistema informatizado que deverá ser operado pelo Gestor do Contrato;
- 9.1.5 O manual de utilização do sistema informatizado acima citado;
- 9.1.6 Treinamento de operação do sistema informatizado, para o Gestor do Contrato.

10 DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

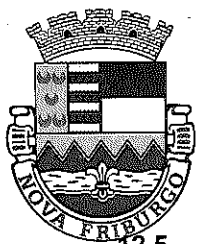
- 10.1 A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como os detalhes da ocorrência, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com o emprego dos recursos necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;



Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro

12.5 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.7 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.8 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

13 DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

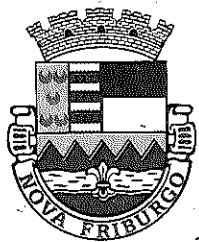
14.5 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.6 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.7 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.8 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.9 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.



Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro

14.10 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.11 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento dos relatórios exigidos neste Termo de Referência, após a verificação da conformidade com os termos contratuais, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

17.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

17.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

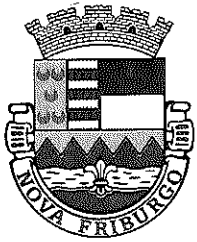
17.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

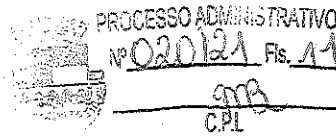
16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c. falhar ou fraudar na execução do contrato;



Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro



- d. comportar-se de modo inidôneo; e
- e. cometer fraude fiscal.

16.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.2.2 Multa de:

16.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

16.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

16.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

16.2.2.5 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

16.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração, pelo prazo de até cinco anos.

16.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

16.3 As sanções previstas nos subitens 16.2.1 16.2.3 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas abaixo:

Tabela 1



Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro



PROCESSO ADMINISTRATIVO
020/24 Fls. 12
ms
CPL

Tabela 1 - Graus das sanções

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2 - Grau de cada tipo de Infração

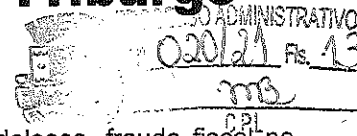
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
Para os itens a seguir, DEIXAR DE:		
3	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
4	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

16.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas que:



Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro



- 16.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Nova Friburgo, 27 de janeiro de 2021.


JAMES DE BARROS
SECRETARIA-GERAL
MATRÍCULA 1499